

ENTREVISTA EX-MINISTRO DA ECONOMIA E PRESIDENTE DO JÚRI DO PRÉMIO FLORESTA E SUSTENTABILIDADE COMENTA OE 2019

DANIEL BESSA

“Benefício fiscal é muito positivo”

ORÇAMENTO Daniel Bessa enaltece fidelidade do Governo ao Programa de Estabilidade da União Europeia **POUPANÇA** Especialista considera positiva a canalização da poupança para a floresta mas defende que o benefício fiscal no investimento deveria ser alargado a todos os proprietários

O antigo Ministro da Economia Daniel Bessa vê com bons olhos os instrumentos de poupança e fiscalidade que o Governo pretende criar para apoiar e defender a floresta. **Correio da Manhã - Que análise faz da proposta do Governo para o novo Orçamento do Estado (OE)?**

Daniel Bessa - O que me agrada mais no OE 2019, último ano da legislatura, é a fidelidade do Governo Português, e da maioria que o suporta na Assembleia da República, ao Programa de Estabilidade acordado com a União Europeia. Penso, mesmo assim, que se correm riscos desnecessários como, por exemplo, uma previsão de crescimento do PIB para 2019 demasiado “salgada” (os 2,2% estão acima das previsões de todas as organizações internacionais), cuja única razão de ser é suportar uma previsão de receitas mais elevada, para suportar um nível de despesa também mais elevado, sem prejuízo do défice orçamentado. No final, se o PIB vier a crescer menos, teremos mais cativações (com prejuízo do funcionamento dos serviços, sobretudo do SNS) e menos investimento.

- A proposta prevê a criação de Planos de Poupança Florestal. Até que ponto esta medida pode ser importante para defender a floresta?

- Promover a poupança é bom. Criar instrumentos financeiros que promovam a canalização da poupança para a floresta portuguesa (como é o caso dos PPF - Planos de Poupança Florestal) também é bom. Concordo com a incentivo (redução do IRS a pagar pelo investidor), custando-me apenas a sua limitação a montantes pecuniários muito reduzidos (30% do investi-



Daniel Bessa foi Ministro da Economia no governo de António Guterres e é especialista em macroeconomia

“CORREM-SE RISCOS DESNECESSÁRIOS COM A PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO PIB EM 2,2 %”

“OS BENEFÍCIOS FISCAIS (EM IRC) PARA FUNDOS E SOCIEDADES DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO SÃO POSITIVOS”

mento, num máximo de 450 Euros por contribuinte), como se a floresta portuguesa não necessitasse do investimento de médios e grandes proprietários.

- O Governo prevê também criar uma contribuição especial para a conservação dos recursos florestais, a ser suportada pelas empresas que os exploram. Concorda?

- Como, agora, os impostos gerais nunca são suficientes para financiarem as despesas gerais do Estado, criou-se a ideia das “contribuições especiais” para tudo e mais alguma coisa. Concordo tanto com

uma contribuição especial (a pagar pelas empresas) para financiar a conservação dos recursos florestais como com a criação de uma contribuição especial (a pagar pelos cidadãos) para financiar a conservação e a limpeza dos caminhos que utilizam, incluindo os passeios das cidades...

- Do pacote de novas medidas, quais as mais significativas neste setor?

Os benefícios fiscais (em IRC) aos fundos e às sociedades de investimento imobiliário que invistam na floresta, em conformidade com os planos de gestão florestal aprovados. ●

Prazo para candidaturas alargado

■ A data limite para as candidaturas era o próximo dia 31 mas a organização do Prémio Floresta e Sustentabilidade decidiu estender o prazo até 31 de dezembro de 2018. O deadline para a categoria ‘Escolas e Floresta’ mantém-se a 31 de janeiro de 2019. A 1ª edição do Prémio Floresta e Sustentabilidade, realizada no ano passado, teve 75 candidaturas em quatro categorias. ●

Governo prevê fomentar gestão florestal

■ A política governativa irá assentar a sua ação no fomento da gestão florestal sustentável, valorização dos recursos florestais, reforço do ordenamento e da produtividade das principais fileiras silvo-industriais. Além disso, pretende promover a certificação florestal, bem como a primazia da proteção das florestas face aos incêndios e aos agentes bióticos nocivos. ●

Apoios aos produtores florestais

■ Na proposta de lei para 2019, o Governo compromete-se a promover o desenvolvimento rural e a coesão territorial, apoiar a pequena agricultura e os jovens agricultores e contribuir para a gestão e preservação dos recursos água, solo e biodiversidade. Apoiar as organizações de produtores florestais e da gestão interprofissional é outro dos objetivos. ●